

GERAL

Primeira fase da Fuvest 2023 tem abstenção de 13,8%



A primeira fase da Fuvest teve 13,8% de abstenção, semelhante à média do ano passado, de 13,7%. Dos 114,4 mil inscritos, 15,8 mil não compareceram aos locais de aplicação.

Para 2023, das 11,1 mil vagas da USP, 8,2 mil têm ingresso via Fuvest. Entre os candidatos que fizeram a prova na Faculdade de Economia, Administração e

Contabilidade (FEA-USP), havia concorrentes de diferentes partes do País. “Vou tentar até passar”, contou Nicole Lopes, de 17 anos, que saiu de Serri-nha, no interior da Bahia, para

visitar São Paulo pela primeira vez. “É difícil achar um bacharelado em Artes Visuais”, comentou. “Vim para cá porque o lugar (Cidade Universitária) é lindo e acho que vou ter uma infraestrutura melhor.”

Nicole estava com o namorado, Pedro Oliveira, de 17 anos. “Passar aqui é bom porque o curso tem muitos recursos, como um acelerador de partículas”, disse ele, que tenta uma vaga em Física.

Acessibilidade - Entre os candidatos, também estavam cerca de 10 mil “treineiros”, estudantes dos primeiros anos do ensino médio que ainda não poderão entrar na universidade em 2023.

Um deles era Alex Galindo, de 16 anos, que fez a experiência este ano para se preparar para tentar a vaga em História ou Ciências Sociais para 2024.

A escolha de Alex, que tem distrofia muscular de Duchenne, também foi influenciada pela acessibilidade da Cidade Universitária, na zona oeste paulistana. “Estou acostumado aqui. A maioria dos lugares tem rampa, é mais tranquilo.”

Dentistas ampliam uso de cannabis

A cannabis medicinal passou a ser notada no Brasil também pelos dentistas, que começam a se organizar em grupos de estudos sobre casos clínicos e pesquisas científicas para melhor embasar seus métodos e aplicações em clínicas espalhadas pelo País. Vale ressaltar, porém, que poucos profissionais da área já prescrevem tetrahydrocannabinol (THC) e canabidiol (CBD) e apenas uma pequena porcentagem dos mais de 180 mil pacientes de cannabis medicinal no Brasil é derivado da odontologia.

Desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a cannabis medicinal no País, médicos e cirurgiões-dentistas receberam as mesmas permissões de prescrição e uso. Porém, por haver muito mais pesquisas a respeito da efetividade da planta na Medicina do que na Odontologia, a primeira acabou por se desenvolver muito mais depressa. Estima-se que 2.100 dos 502 mil médicos em atividade hoje no Brasil prescrevam a substância. Não há dado oficial, mas uma porcentagem bem menor dos cerca de 550 mil dentistas a prescreve.

Neste ano, a Anvisa incluiu o campo “CRO”, referente ao Conselho Regional de Odontologia, nos formulários de pedidos de importação pela RDC 660. Até o ano passado, os dentistas tinham de usar seus números de registro no campo “CRM (Conselho Regional de Medicina)”, o que dificultava o processo de importação. Conselhos Regionais de Odontologia, como os de São Paulo, Rio, Alagoas e Distrito Federal, criaram grupos de trabalho para criar mais debate sobre o tema. Organizações de profissionais, como a Sbocon (Sociedade Brasileira de Odontologia Canabinoide), também existem com o propósito de fomentar a troca de ideias.

Pioneira - A presidente da Sbocon, Endy Lacet, é reconhecida como a primeira dentista no Brasil a utilizar a terapia canabinoide na Odontologia, em 2015. Ela foi uma das fundadoras da



Abrace, uma das mais consolidadas associações de pacientes de cannabis medicinal do País. Endy ainda estava na faculdade quando atendeu uma criança autista, que saía correndo pelo hospital sem deixar que a equipe tirasse o raio X de sua boca. Ela apresentou a proposta de entrar com a terapia canabinoide. O garoto, medicado com azeite de maconha, permitiu que lhe fossem feitas três restaurações na sessão seguinte. “A mãe chorou. Nunca tinha visto um remédio que acalmasse o filho a tal ponto de ele não sentir medo.” Silvana Vasconcellos sofre de esclerose múltipla há 16 anos e é paciente de Endy por causa de uma neuralgia do nervo trigêmeo, que, há cinco anos, a faz padecer de uma dor facial intensa. “Comecei a usar a cannabis no início do ano e notei grande melhora. Diminui minha medicação para a neuralgia de 900 mg para 300 mg por dia”, comemora.

Segundo Endy, dá para usar a cannabis como coadjuvante ou adjuvante, sem excluir, necessariamente, outros medicamentos.

Conselho - “É importante que o profissional tenha a formação de base, que conheça os endocanabinoides produzi-

dos pelo nosso corpo e os fitocanabinoides encontrados na cannabis antes de prescrever”, orienta João Paulo Tanganeli, presidente do grupo de trabalho de canabinoides na odontologia do CRO-SP. A maior entidade de classe do setor, o Conselho Federal de Odontologia (CFO), apoia a utilização da cannabis, mas reforça a necessidade de qualidade da formação recebida por quem administra. “Se o profissional conhecer o medicamento, souber como trabalhar com ele, não há problema de usá-lo. Isso vale para todos os medicamentos, não apenas para a cannabis”, diz Evaristo Volpato, diretor do conselho da entidade desde 2018.

Uso vai de restauração a alívio pós-operatório - Como na Medicina, a cannabis vem demonstrando versatilidade em seus possíveis usos na Odontologia, podendo ser empregada antes, durante ou após o tratamento.

Ela pode ser utilizada em procedimentos como restaurações, na modulação de sedação e como analgésico pós-operatório ou para osteoindução - a formação de um novo osso pela influência de agentes indutores.

O THC é responsável por tratar casos de dor, enquanto o CBD é mais indicado para inflamações. Considerados igualmente importantes pelos dentistas, os dois canabinoides e a centena de outros que os acompanham nas versões full spectrum da planta têm apre-sentado bons resultados para bruxismo, dores dentárias ou neuropáticas, enxertos, DTM (disfunção da articulação temporomandibular), inflamações, cicatrizações, periodontite e controle bacteriano.

Embora a terapia canabinoide aplicada à Odontologia não seja novidade no mundo, ela ainda não se popularizou. EUA e Canadá são os países que se destacam nessa área, desde o atendimento clínico até a criação de produtos para a higiene bucal, como pastas de dente e enxaguante à base da planta.

Efeitos colaterais - Guilherme Martins, vice-presidente da Sbocon e dono do canal Odontologia Canabinoide no YouTube, já conseguiu cerca de mil autorizações na Anvisa para prescrições. Segundo ele, os possíveis efeitos colaterais são pequenos, facilmente reconhecíveis e dimensionados na terapêutica.

Estupro no parto: vídeo mostra anestesista desligando avisos de monitoramento

O julgamento do médico anestesista Giovanni Quintella Bezerra, que estuprou uma mulher em trabalho de parto no Hospital da Mulher Heloneida Studart, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, está marcado para começar na segunda-feira da semana que vem, dia 12, cinco meses após a prisão em flagrante ocorrida em julho.

O crime só foi revelado após a equipe de enfermagem, que desconfiou da atitude do médico em outros procedimentos, posicionar um celular em um armário na sala de cirurgia para filmá-lo. Nas imagens, usadas como prova para a prisão do anestesista, ele aparecia colocando o pênis na boca da paciente.

Em trechos inéditos do vídeo obtidos pelo Fantástico, da TV Globo, as cenas ainda mostram que ele pode ter colocado em risco a vida da paciente ao abusar dela. Conforme o inquérito, o anestesista fez sete aplicações de sedativos na vítima, quantidade muito acima da utilizada em uma cesariana.

Na sequência do vídeo, alarmes sonoros, que mediam a saturação de oxigênio da paciente, começaram a disparar. O barulho chamou a atenção dos médicos que estavam na sala de parto. Imediatamente, o anestesista desativou o sinal sonoro, enquanto continuava o abuso, que durou aproximadamente dez minutos.

Além da sedação e da falta de máscara de oxigênio, o anestesista obstruiu a respiração da vítima ao inserir o pênis dentro da boca, colocando, assim, em risco a vida da mulher.

Segundo a reportagem, a defesa de Bezerra alegou que a captação das imagens foi ilegal, porque foi produzida sem conhecimento dos envolvidos e sem autorização da Polícia ou do Ministério Público. No entanto, a Justiça não aceitou o argumento, ao entender que esses tipos de crime são cometidos às escondidas e esta foi uma forma de

os profissionais de saúde fazerem a denúncia contra o anestesista.

Ainda de acordo com o Fantástico, a defesa pediu à Justiça que o anestesista aguardasse o julgamento em liberdade, alegando que ele é réu primário, tem endereço fixo e não oferece risco à ordem pública. A Justiça, porém, também negou o pedido e afirmou que a liberdade do médico ofereceria sim risco não só à ordem pública, mas à vítima e às testemunhas.

A reportagem cita ainda que a defesa pediu um teste de sanidade argumentando que o Giovanni Quintella Bezerra tem histórico de quadro de transtorno psicológico na família e estava usando medicamentos que aumentam a libido, o desejo sexual.

O julgamento que começa na próxima segunda-feira deve durar no máximo 60 dias. A vítima e o marido dela serão ouvidos inicialmente. Em seguida, as oito testemunhas de acusação e de defesa. Posteriormente, serão apresentados os esclarecimentos da perícia. E, finalmente, o depoimento do anestesista, que irá responder por estupro de vulnerável.

Dor - Em agosto, um mês após o estupro na sala de parto cometido pelo médico anestesista, a vítima disse que, além da violência que sofreu na ocasião, teve uma “dor muito maior” ao ver seu próprio filho prejudicado. Isso porque ela precisou tomar um coquetel anti-HIV após o abuso e, por causa disso, não pôde amamentar o recém-nascido por vários dias.

“Foi o momento mais doloroso pra mim. O momento do abuso era uma coisa muito desagradável, muito ruim, péssimo, mas que aconteceu comigo. Mas, sobre amamentação, não era só eu. Era meu filho também. Era algo que estava prejudicando ele de alguma forma. Mexe com sentimento de mãe, então a dor é muito maior”, disse a vítima, também em entrevista ao Fantástico.

Polícia de SP investiga Thiago Brennand por denúncia caluniosa e perseguição

Alvo de denúncias por crimes sexuais, lesão corporal, tortura e cárcere privado, o empresário Thiago Brennand Fernandes Vieira, de 42 anos, entrou na mira da Polícia Civil de São Paulo por suposta denúncia caluniosa. Dois inquéritos foram abertos pela corporação após o empresário alegar ser vítima de crimes contra a honra atribuídos a uma mulher que ele teria abordado pelo Whatsapp e seu noivo. Ela sustenta ser perseguida por Brennand desde maio.

Uma das investigações foi aberta no dia 22, pela 2ª Delegacia da Mulher, após a mulher acusada por Brennand registrar um boletim de ocorrência reiterando um primeiro registro sobre o caso, feito em 24 de maio. Já a segunda apuração foi instaurada pela 2ª Delegacia Seccional de São Paulo, após o Ministério Público de São Paulo promover o arquivamento do inquérito sobre suposto crime contra honra do empresário.

O caso tem como ponto de partida um diálogo mantido no dia 24 de maio entre Brennand e uma mulher que frequentava a mesma academia que ele. Por Whatsapp, o acusado perguntou se a moça tinha compromisso por alguém, recebendo a resposta de que ela era noiva. Em seguida, a moça parou de responder.

Segundo o Ministério Público, Brennand insistiu, mandando outras mensagens e inclusive cobrando uma resposta. Também questionou a mulher: “De mais a mais, outra coisa me causou espécie: teu fiancé não iria ficar muito p*** com esse contato não?...”. Em seguida, supostamente o noivo da moça teria respondido: “E aí e****? Que p**** é essa? Vai dar em cima de mulher de outro? Tá

louco? Não tem medo de apanhar não?”.

A partir de então teve início uma discussão. Brennand chegou a argumentar que a mulher por ele abordada teria cometido crime contra sua honra ao afirmar: “Isso sim é a cara do Brasil. Dar em cima de mulher comprometida. Muito feio”. Antes de a moça enviar a declaração, Brennand havia lhe mandado uma outra mensagem, que foi apagada. Em seguida, o empresário respondeu: “..Pirania mentirosa! Abs.”

A defesa da mulher diz que o diálogo no Whatsapp contém ‘ofensas recíprocas’ e sustenta que o boletim de ocorrência registrado pelo empresário foi uma reação ao primeiro registro feito sobre o caso, por sua cliente. A moça lavrou um B.O. eletrônico no mesmo dia da discussão. As informações constam de relatório da Polícia Civil.


No dia 17 de outubro, a mulher acusada por Brennand informou à Polícia que desde que bloqueou o empresário no Whatsapp, vem sendo perseguida por ele por outros meios, como pelo sistema de mensagens do Iphone e o aparelho celular de seu filho. A moça foi ouvida pelo Ministério Público, que determinou a lavratura de um novo boletim de ocorrência, com a abertura de um inquérito autônomo sobre suposta denúncia caluniosa e perseguição.

Ao defender o arquivamento da apuração sobre suposto crime contra a honra de Brennand, a Promotoria destacou que o inquérito foi aberto com base em prova maculada, uma vez que o empresário apagou parte da conversa e não foi realizada perícia ou feito questionamento sobre a exclusão.

PUBLICIDADE LEGAL

AXIS LOCADORA DE EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 22.873.125/0001-69 - NIRE 35300502663
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem em AGE a se realizar no dia 16/12/2022, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 72, conjunto 177, Itaim Bibi, CEP 04534-400, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante contribuição de bens à Companhia; (II) a ratificação da nomeação da empresa especializada responsável por elaborar os laudos de avaliação dos bens que serão conferidos à Companhia em integralização das novas ações a serem emitidas nos termos do item “I” acima; (III) a aprovação dos laudos de avaliação mencionados no item “II” acima; (IV) a criação e composição do Conselho de Administração; (V) a alteração de aspectos da governança da Companhia; e (VI) consequente alteração do Estatuto Social da Companhia para inclusão de capítulo acerca do “Conselho de Administração” e alteração dos artigos referentes à Assembleia Geral, Capital Social e Administração. São Paulo/SP, 03/12/2022. Rodrigo Teixeira Marcolino e Luiz Augusto Pacheco e Silva – Diretores.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publegal.diariodenoticias.com.br/>

SUS fornecerá remédio mais caro do mundo, para tratar AME, diz ministro da Saúde

A Comissão Nacional de Incorporação de Novas Tecnologias em Saúde (Conitec) emitiu parecer favorável à incorporação do medicamento Zolgensma, considerado o mais caro do mundo, no rol de medicamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A informação foi confirmada no sábado, 3, pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no Twitter. O Zolgensma é utilizado para tratar a atrofia mus-

cular espinhal (AME), uma doença rara e degenerativa passada de pais para filhos. O medicamento custa cerca de R\$ 6 milhões.

Apesar de a AME afetar pessoas de todas as idades desde o seu nascimento, no parecer da Conitec, a recomendação é de que o Zolgensma, também conhecido como Onasemnogeno A bepavoveque na linguagem farmacêutica, seja aplicado em crianças de até seis meses

com AME tipo I que passam mais de 16 horas diárias sem necessidade de utilizar métodos de ventilação invasiva.

“Esta é uma luta de muitos pais e de todos nós. Fico feliz em dar uma resposta tão importante. A AME é uma doença muito rara, degenerativa, que afeta o neurônio motor, responsável por gestos voluntários vitais para o corpo humano, como respirar, engolir e se mo-

ver”, escreveu Queiroga, utilizando uma foto dele com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Além do novo medicamento, o SUS já disponibiliza outros dois remédios para tratar a doença, o Nusinersena e o Risdiplam. Segundo Queiroga, com a nova incorporação de medicamento, o sistema público passará a ofertar as “tecnologias mais avançadas para o tratamento da AME”.